

**IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS
DA PESQUISA INAUGURAL DO ONEESP NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO-BRASIL**

Sonia Lopes Victor

sonia.victor@hotmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo

Amanda da Costa Camizão

amanda.ufes@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O trabalho analisa os impactos no estado do Espírito Santo da pesquisa inaugural e em rede do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), a qual avaliou a implantação de salas de recursos multifuncionais, no período de 2011 a 2014. Para tanto, analisa três pesquisas desenvolvidas no programa de pós-graduação em educação, um curso de extensão para formação de professores de educação especial e um curso de pós-graduação lato sensu em Atendimento Educacional Especializado, todos promovidos por unidades do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e financiados pelo Ministério da Educação e agências de fomento à pesquisa, a fim de evidenciar os referidos impactos. Para tanto, considera os desdobramentos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI), publicada em 2008, a partir dos seguintes questionamentos: Quais os movimentos originários da PNEE-EI estão associados a essas ações e aos seus impactos para a inclusão educacional? Quais dessas ações e impactos podem estar relacionados às principais conquistas e aos principais desafios dos movimentos instituídos pela PNEE-EI? A análise inicial nos indica perspectivas positivas, mesmo que ainda restritas.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Educação especial. Observatório Nacional de Educação Especial.

Abstract

The paper analyzes the impact of the inaugural and network research of the National Observatory of Special Education (ONEESP) in the State of Espírito Santo-Brazil, which evaluated the implementation of multifunctional resource rooms in the period from 2011 to 2014. To this end, it analyzes three researches developed in the postgraduate program in education, an extension course for the training of special education teachers and a lato sensu postgraduate course in Specialized Educational Services, all promoted by units of the Education Center of the Federal University of Espírito Santo and funded by the Ministry of Education and research promotion agencies, in order to highlight those impacts. In this purpose, it considers the developments of the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education (PNEE-EI), published in 2008, based on the following questions: Which movements originate from PNEE-EI are associated with these actions and their impacts for educational inclusion? Which of these actions and impacts can be related to the main achievements and the main challenges of the movements instituted by PNEE-EI? The analysis of the data indicates a positive outlook, even if it is still restricted to special education in the perspective of inclusion.

keyword: Special education. National Observatory of Special Education; Specialized Educational Assistance.

Introdução

Embora a legislação nacional e os documentos internacionais ainda garantam uma política de inclusão, no entanto, as políticas públicas para educação nessa perspectiva caminham com equívocos, precariedades e contradições, afinal é um movimento complexo. Muitos são os motivos que impedem os avanços dessa

proposta como, por exemplo, a formação de professores, a organização social, os valores, os meios e as prioridades das políticas públicas. Estes motivos não estão circunscritos à escola o que nos leva a pensar a inclusão como conceito situado no contexto social e político atual (Victor, 2010, p. 66).

Em meio a tal proposta, muitas vezes vista como um impasse, no Brasil se discutiu e se instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) publicada em 2008. Essa política visou esclarecer e definir quem é o público-alvo da educação especial (estudantes com deficiência física, intelectual, sensorial (visual e surdez parcial e total), transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), e quais são seus direitos em relação à educação, ressaltando que o trabalho da educação especial necessita ser articulado com o ensino comum.

Observamos que a educação especial, no contexto da nova política, passou a ser definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação (BRASIL, 2008). A implementação do Decreto n.º 6.571/2008 ocorreu por meio da homologação da Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2004, que prevê novos contornos à política e funcionamento de educação especial no Brasil, por meio de disposições sobre a matrícula para estudantes indicados à educação especial, considerando onde e como deve ser oferecido o AEE, a implantação das SRM e o papel do professor nesse atendimento.

O Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Especial (Seesp),¹ em 2008, instituíram que o AEE consiste em um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras à aprendizagem para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas (Brasil, 2008).

Em conformidade com a legislação brasileira, sobretudo a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB),² promulgada em 1988, admite-se, ainda, que o AEE deve ser preferencialmente oferecido na rede regular de ensino, todavia também pode ser ofertado fora da rede regular, já que é um complemento, e não um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos. Ele deve ser realizado em horários distintos das aulas das escolas comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais. Suas ações são definidas conforme o tipo de deficiência a que se propõe atender.

Dado relevante sinalizado na PNEE-EI (BRASIL, 2008) é a previsão de que o AEE seja ofertado a partir da educação infantil até o ensino superior. Por meio do Decreto n.º 6.571/08 (BRASIL, 2008) fica explicitado que o AEE poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições especializadas, desde que estejam de acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009).

¹ O Decreto n.º 7.690/12 aprovou a nova estrutura organizacional do MEC: a SEESP foi extinta e suas atribuições passaram para a Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, foi alterada pela Lei N.º 12.796, de 2013.

Ainda de acordo com os referidos dispositivos legais, também são determinadas que as SRM serão ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do AEE. Assim, o AEE deve instituir-se preferencialmente pela oferta de “salas de recursos multifuncionais” (BRASIL, 2008), para que estudantes com deficiência não interrompam seus percursos escolares na classe comum, mas que simultaneamente tenham supridas suas demandas de escolarização.

O AEE, como apoio educacional, significa os atendimentos complementares e suplementares (como no caso de alunos talentosos ou com altas habilidades) que favorecem o acesso ao currículo, podendo ser oferecido tanto dentro da sala de aula como ajuda ao professor, relacionado com as estratégias adotadas, quanto fora dela, no contraturno da escolarização, no caso para atendimento do estudante. Na forma de complementação, objetiva um trabalho pedagógico complementar necessário ao desenvolvimento de competências e habilidades próprias nos diferentes níveis de ensino, realizado no contraturno, e que se efetiva por meio dos seguintes serviços: salas de recursos, oficinas pedagógicas de formação e capacitação profissional. No entanto, não se deve confundir o AEE com reforço escolar, tampouco com atendimento clínico, ou vê-lo como substituto dos serviços educacionais comuns.

Mas entendemos que todo o sistema educacional brasileiro necessita promover mudanças para a ampliação e efetivação desse atendimento, por meio da discussão, planejamento, implantação e disponibilidade de SRM com propostas curriculares definidas, formação inicial e continuada de professores e profissionais na área, avaliação coerente do aluno com deficiência, projetos pedagógicos claros e objetivos, currículos em diálogo e espaços formativos para esse novo olhar para a educação da pessoa com deficiência. Não podemos simplificar os serviços de apoio à escolarização da pessoa com deficiência a um serviço único, capaz de suprir todas as necessidades da escola, dos diferentes alunos.

Nosso objetivo com este texto é refletir a respeito de quais os movimentos originários da PNEE-EI estão associados a essas ações e aos seus impactos para a inclusão educacional? Quais dessas ações e impactos podem estar relacionados às principais conquistas e aos principais desafios dos movimentos instituídos pela PNEE-EI?

Metodologia da pesquisa do ONEESP/OEEESP e seus desdobramentos

No final de 2011, líderes e participantes de dois grupos de pesquisa no campo da educação especial na perspectiva da Inclusão – registrados no diretório de grupos do CNPq – do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Linha de Educação Especial e Práticas Inclusivas³, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foram convidadas para desenvolver a pesquisa sobre a avaliação de âmbito nacional do programa de implantação de “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRM) no Observatório Nacional de Educação Especial no estado do Espírito Santo (2012-2013). Essa pesquisa envolveu 193 professores de

³ Nomenclatura atual da Linha

educação especial de dez municípios, cinco da região metropolitana da Grande Vitória e cinco da região norte.

O primeiro desdobramento da pesquisa inaugural do Oneesp no ES foi, por meio do Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo, a realização de uma pesquisa-formação com o objetivo de promover um processo de grupos de reflexão direcionado às temáticas que abrangem a escolarização de alunos público-alvo da educação especial, sobretudo no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado para professores de educação especial (2013-2014), envolvendo cerca de 60 professores de educação especial que atuam em salas de recursos multifuncionais das referidas regiões.

Este primeiro desdobramento teve origem, ao final da pesquisa inaugural do Oneesp, no Encontro Estadual dos Professores Participantes do Oneesp, que, em sua avaliação, possibilitou ao grupo o levantamento de aspectos para a composição de uma proposta de formação continuada aos professores a ser desenvolvida pelos integrantes do Observatório Estadual de Educação Especial (Oeeesp), posteriormente, como um desdobramento dessa pesquisa no nosso estado.

Para tanto, o grupo de pesquisa do Oeeesp propôs uma formação continuada para seis professores de educação especial de cada município das duas regiões participantes, por meio do projeto intitulado Observatório Estadual de Educação Especial: propostas inovadoras pela via da formação continuada, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes). A segunda fase do Oneesp consistiu em uma pesquisa-formação que “é definida como sendo uma metodologia que contempla a possibilidade de mudança das práticas, bem como dos sujeitos em formação” (Alvarado Prada, 2012, p. 7).

Os momentos de pesquisa-formação ocorreram em seis encontros, entre novembro de 2013 e julho de 2014. Os encontros eram realizados em dois dias, tanto no turno matutino como no vespertino, nos quais foram abordados diversos conteúdos de acordo com as temáticas do encontro. A estrutura curricular do curso pode ser verificada no ANEXO I. Participaram desses encontros seis professores de cada uma das redes municipais de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari, os quais participaram também da pesquisa inaugural do ONEESP.

O grupo de pesquisa do Oeeesp propôs também aos professores participantes que realizassem um diário reflexivo para articular e sistematizar os conhecimentos aprendidos na formação e as situações vivenciadas na escola, com intuito de, ao final, os professores organizarem um projeto de pesquisa para a realização de um estudo de caso. Além de participar dos momentos de formação.

O segundo desdobramento foi à realização do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva, ofertado pelo Centro de Educação da Universidade

Federal do Espírito Santo, em parceria com o Ministério da Educação, a professores de educação especial que atuam em instituições públicas municipais e estaduais do Estado do Espírito Santo.

Participaram do processo seletivo 19 professores de educação especial vinculados à educação básica, na faixa etária entre 38 a 56 anos, pertencentes ao quadro efetivo dos municípios de Cariacica, Vila Velha e Vitória. A maior parte desses educadores ingressou na rede pública de ensino por meio de concurso público a partir de 2008; tinha cursos de graduação na área de Pedagogia com pós-graduação *lato sensu* também na área de Educação ou Psicopedagogia; e exercia a função de professor de educação especial no atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais. O tempo de atuação nessa área variava entre menos de um ano e 26 anos e a quase totalidade dos professores era constituída pelo sexo feminino, tendo apenas dois professores do sexo masculino.

O terceiro desdobramento é fruto de pesquisas de doutorado desenvolvidas no âmbito do PPGE/UFES por doutorandas que participaram da pesquisa inaugural do ONEESP no ES. Elegemos três dessas pesquisas para evidenciarmos os impactos da pesquisa inaugural do ONEESP no ES, destacadas a seguir: (1) A prática avaliativa na educação especial: processos de reflexão com o outro, realizado por Marta Alves da Cruz Souza (2015); (2) A criança surda na educação infantil: contribuições para pensar a educação bilíngue e o atendimento educacional especializado, realizado por Keila Cardoso Teixeira (2016) e; (3) Inclusão escolar e direito à educação de crianças público-alvo da educação especial na educação infantil: o que dizem os professores especializados, realizada por Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto (2018).

A primeira pesquisa de doutorado intitulada “A prática avaliativa na educação especial: processos de reflexão com o Outro”, realizado por Marta Alves da Cruz Souza (2015), em linhas gerais, analisou os processos de avaliação dos alunos público-alvo da educação especial com professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, visando a uma reflexão crítica sobre as práticas avaliativas. Nessa direção, defendia a tese de que a produção do conhecimento se faz com o diálogo com o outro e de que só pode haver mudanças na prática avaliativa quando há reflexão sobre e na prática. Para tanto, adotou a abordagem histórico-cultural como princípio teórico, baseando-se nos estudos de seu principal representante, Vigotski, e também nos estudos de Bakhtin para produzir reflexões sobre a prática avaliativa que envolve sujeitos público-alvo da educação especial, a qual, historicamente, se ancora numa perspectiva positivista e biologizante da avaliação desses sujeitos. O estudo partiu da premissa de que a prática avaliativa é um ato que envolve a compreensão dos sujeitos no processo ensino-aprendizagem, os quais, em seu processo de apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente, precisam da interação com o outro para mediar mecanismos de aprendizagem que desencadeiam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores que auxiliam na internalização dos conhecimentos.

O desenvolvimento deste estudo se deu por meio de uma pesquisa colaborativa com professores da educação especial, no município de Guarapari, no período de 2012 a 2015, a qual se desdobrou em três

movimentos distintos. O primeiro movimento teve início com a análise das narrativas produzidas no Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp). Os dois movimentos seguintes se utilizaram de Ciclos de Estudos Reflexivos, que permitiram aos participantes refletir sobre a avaliação para a identificação dos sujeitos público-alvo da educação especial, a avaliação para o planejamento na sala de recursos multifuncionais e a avaliação para a aprendizagem, no referido município. A análise dos dados indicou que o processo de reflexão dialógico possibilitou aos professores de educação especial a análise sobre a prática avaliativa com alunos público-alvo da educação especial, desencadeando movimentos de transformação na política pública municipal e nos cotidianos escolares a partir da produção de um artefato que auxiliasse no desenvolvimento das práticas avaliativas nos diferentes contextos escolares. A conclusão dessa pesquisa evidencia que é, por meio da reflexão coletiva sobre os processos de avaliação, que podemos instituir novos movimentos que possibilitem um caminho para a emancipação dos sujeitos público-alvo da educação especial.

A segunda pesquisa de doutorado intitulada “A criança surda na educação infantil: contribuições para pensar a educação bilíngue e o atendimento educacional especializado”, realizado por Keila Cardoso Teixeira (2016), aponta para a necessidade e para a viabilidade da implantação gradual de políticas bilíngues e de educação especial, com ênfase no AEE, que se constituam por via da linguagem e da colaboração, entre os profissionais da educação especial, os demais profissionais da instituição ou escola, as instâncias administrativas locais e as famílias das crianças surdas, com vistas à apropriação do conhecimento. Nessa direção, com base na abordagem histórico-cultural, defende a tese de que a criança, enquanto sujeito sócio-histórico precisa se apropriar e desenvolver a linguagem a partir de suas necessidades e, no caso da criança surda, da necessidade de adquirir e construir a língua de sinais como primeira língua. Nesse sentido, evidencia que a educação inclusiva vem nos propondo alguns desafios, dentre os quais destaca o atendimento educacional especializado (AEE), espaço presente como política pública orientada pelo Estado. Para tanto, mostra que a educação bilíngue ocupa hoje um lugar de destaque no debate em torno de como lidar com a diferença linguística e cultural dos surdos, servindo como bandeira de luta da comunidade surda brasileira e merecendo, portanto, nossa especial atenção. Nesse sentido, o atendimento educacional especializado, como apoio educacional, que garantem a complementação e a suplementação dos conteúdos escolares, favorece significa o acesso ao currículo. Nesse contexto, tem como objetivo geral analisar a apropriação do conhecimento de crianças surdas na educação infantil pela via da linguagem, tomando por referência os trabalhos realizados na sala de atividade e no atendimento educacional especializado, em um processo contínuo de colaboração entre instituição, instâncias administrativas locais e famílias.

Nesse contexto, são objetivos específicos: a) descrever e discutir a proposta de educação bilíngue e do AEE para a criança surda, proposta essa que consta nas políticas educacionais nacionais e locais; b) analisar as práticas pedagógicas para a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças surdas na educação infantil, desenvolvidas nas salas de atividades e no AEE; c) descrever os processos de aprendizagem da língua de sinais da criança surda nos diversos espaços da escola comum e do atendimento educacional

especializado; e d) refletir, a partir da interação e dos diálogos com os profissionais da instituição e visando a sua inclusão escolar, sobre as instâncias administrativas locais, sobre as famílias e sobre os processos de aprendizagem da criança surda na instituição da educação infantil.

Na coleta das informações necessárias para a análise preliminar, percebemos que há uma necessidade de sistematização das informações pertinentes aos grupos diversos e, neste caso, pertinentes ao sujeito surdo que é atendido no município. Portanto, faz-se necessário refletir com os profissionais da escola sobre as políticas de inclusão, sobre as políticas bilíngues, sobre os processos de apropriação da língua pela criança surda na escola da educação infantil, visando a sua inclusão escolar. Há necessidade de uma discussão mais ampla sobre a política bilíngue que tem se instaurado no Brasil e principalmente mais informações sobre o movimento surdo em prol de uma educação bilíngue e como ela se processa Educação.

A terceira pesquisa de doutorado intitulada “Inclusão escolar e direito à educação de crianças público-alvo da educação especial na educação infantil: o que dizem os professores especializados”, realizada por Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto (2018), investigou as concepções de direito à educação e inclusão escolar de professores especializados da educação infantil e gestores da Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES a partir de um estudo exploratório. A pesquisa envolveu também análise documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e encontros em formato de grupo focal para atender a proposta de formação colaborativa. Com base nas teorias da histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, os dados analisados sinalizam que as professoras narram tensões na compreensão crítica das concepções de direito à educação e à inclusão escolar, nas respostas e nos debates sobre as temáticas.

De certo modo, as narrativas apontam a necessidade de avanço na concepção do direito à qualidade da educação especial, porém, sobre educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva, emancipadora e libertadora, observa-se que necessitam de aprofundamento para uma formação que potencialize a articulação entre as concepções específicas e, de forma geral, sobre educação, direito à educação e à inclusão escolar. Ainda que o município de Vitória/ES alcance a meta de acesso de quase 100% de crianças nas instituições de educação infantil públicas, com aumento de matrículas na educação especial e investimentos em política de formação de professores de educação especial, as professoras relatam dificuldade no entendimento, tanto delas quanto dos demais professores e profissionais na escola, sobre o trabalho docente a ser desenvolvido, suas atribuições e as tensões na oferta e execução dos serviços de apoio.

Existem intensos investimentos do município, nos processos de formação continuada, porém desenvolvida, na sua maioria dos cursos, com os professores especializados. É preciso que os processos formativos tenham inter-relação com todos os sujeitos que vivenciam a escola inclusiva. Mesmo com avanços na matrícula para a modalidade, com a implantação da política de educação especial na perspectiva inclusiva, principalmente do atendimento educacional especializado, ainda é preciso intensificar a luta pelo reconhecimento desse direito das crianças pequenas público-alvo da educação especial na educação infantil.

O ecleto de concepções pedagógicas de 70 % das professoras especializadas, inseridas no estudo, sobre o desenvolvimento infantil fragiliza a concepção de direito à educação e à inclusão escolar. Não se conhece a especificidade das práticas curriculares da educação infantil na interface com a área da educação especial, ocorrendo uma concepção apenas biopsicológica de criança, presente no desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos e nos projetos de sala. As normativas municipais de ambas as políticas (educação especial e educação infantil) precisam ocupar os processos formativos, pois apresentam um avanço na concepção do direito à educação e à inclusão escolar para o município.

A produção científica dos integrantes do ONEESP e seus impactos

Entre os impactos da pesquisa inaugural do ONEESP podemos destacar a produção de um livro digital em formato e-book. Esse livro reúne a síntese dos trabalhos desenvolvidos no estado do Espírito Santo focando, especialmente, a formação de profissionais da educação especial na perspectiva da inclusão. Os textos foram elaborados pelos pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo e, também, pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação, voluntários e os próprios professores da educação básica.

O livro apresenta 21 capítulos organizados em quatro partes, a seguir apresentaremos quatro desses capítulos os quais resumem essa produção. A primeira parte reúne seis capítulos a respeito da temática de Formação de professores e a Educação na Diferença. O primeiro capítulo tem como título “A Formação de Professores no Contexto do Observatório Nacional de Educação Especial: o Estado do Espírito Santo em Foco” com autoria de Sonia Lopes Victor. O texto tinha o objetivo analisar a formação do professor de educação especial para o AEE com ênfase nas SRM, no contexto do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), com foco específico na formação desses professores no estado do Espírito Santo (ES).

A autora destaca que os conceitos de educação especial, inclusão e atendimento educacional especializado são constituídos no bojo de um processo histórico de lutas de movimentos sociais. Ela concluiu que as narrativas dos professores indicam que as suas práticas ainda estão em processo de reflexão e construção. A segunda parte trata da temática Diagnóstico: avaliação, planejamento e aprendizagem. Essa segunda parte reúne três capítulos. Dessa parte destacamos o nono capítulo cujo título é “Avaliação e Atendimento Educacional Especializado: Tensões, Possibilidades e Desafios”. As autoras do capítulo foram Ana Marta Bianchi de Aguiar e Marta Alves da Cruz Souza. O texto discute a temática a partir das narrativas dos professores participantes do ONEESP, para análise elas dividiram em três categorias: avaliação diagnóstica, avaliação para o planejamento e avaliação do rendimento. Com a pesquisa as autoras perceberam que a avaliação diagnóstica está embasada em concepções biológicas que não avançam no processo de desenvolvimento do aluno público-alvo da educação especial e por isso acabam não apostando na educabilidade desses sujeitos. As autoras também acreditam que a forma como os educadores concebem a educação condiciona a possibilidade de oferecer aos alunos um ensino que atenda as suas necessidades e

respeitem as suas diferenças. Em contrapartida, elas indicam que a avaliação não pode estar a serviço da exclusão, para tanto, necessita ter uma base de discussão ética, política e social.

A terceira parte discute Educação Infantil e Educação na Diferença. Essa parte reúne quatro capítulos. Evidenciamos o décimo capítulo, intitulado “O Atendimento Educacional Especializado para os alunos da Educação Infantil no Município de Guarapari”. A autoria foi de Marta Alves da Cruz Souza, Suelen da Silva Salles e Patrícia Santos Conde. Elas tiveram o objetivo de analisar a escolarização da educação infantil enfatizando o processo de implementação das SRM no município de Guarapari. Os dados mostraram que a implementação das SRM não é apenas uma questão de investimento financeiro, pois envolve questões atitudinais e relacionais a respeito do aluno atendido e do trabalho a ser realizado para a sua educação, respectivamente. O texto nos leva a deduzir que essa questão é histórica na constituição do professor de educação especial.

A quarta parte discute a temática de Professores-Pesquisadores em formação: produções dos docentes especializados. Selecionamos o texto intitulado “Trabalho Docente, Educação Especial e Formação do Especialista: Continuando a Caminhada”. O texto foi escrito por Sonia Lopes Victor e Ivone Martins de Oliveira. Nesse trabalho as autoras fazem uma síntese da pesquisa-formação do Observatório Estadual de Educação Especial: Propostas Inovadoras pela via da Formação Continuada. As autoras mencionam que a especificidade da formação do professor de educação especial não pode ser ignorada, considerando de um lado a forte tendência de instruí-lo no contexto da formação geral de professores e, por outro, a abrangência dessa área e suas interfaces com todos os níveis e modalidades de ensino, exigindo desse profissional um conhecimento para além da docência, de natureza multi, inter e transdisciplinar. Nessa direção, as autoras problematizam o trabalho desse professor, compreendendo sua relação com o próprio trabalho. Além disso, analisam a tendência a ver essa formação como uma iniciativa pessoal e de responsabilidade apenas do professor bem como a noção de “professor pesquisador”, considerando que demanda uma discussão como parte de um projeto educativo que é social e político. Por fim, evidenciam que os integrantes do OEEES se sentem corresponsáveis pela formação continuada dos professores de educação especial.

Considerações finais

Os desdobramentos e os impactos da pesquisa inaugural do Oneesp no Estado do Espírito Santo demonstraram, sob a égide das orientações da política de educação especial na perspectiva educação inclusiva (2008), que definiu como público-alvo da educação especial “(...) os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (PNEE, 2008, p. 15) e permitiu, também, um melhor delineamento das diretrizes nacionais para a educação especial, pois promoveu a redução da diversificação das políticas dos estados federativos com vistas a garantir políticas públicas coincidentes em âmbito nacional, puderam mostrar as possibilidades e os avanços na implementação das

dessa política para o atendimento educacional especializado, o fomento das formações continuadas de professores, à inclusão escolar e ao direito à educação.

Vale lembrar que antes da publicação do PNEE-EI (2008), no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2008) foi criado o programa para implantação das salas de recursos multifuncionais (SRM), instituído pela Portaria n.13, de 24 de abril de 2007.

Após a publicação do PNEE/2008, em 2 de outubro de 2009, o Ministério da Educação, por meio da Resolução n.º 4/2009, institui as diretrizes operacionais para o AEE na educação básica, modalidade educação especial, na qual nos embasamos para caracterizá-lo a seguir.

Então, podemos observar que os movimentos originários da PNEE-EI estão associados as ações e aos seus impactos para a inclusão educacional do público da educação especial. Além disso, todos os desdobramentos e os impactos estão relacionados às principais conquistas e aos principais desafios dos movimentos instituídos pela PNEE-EI. Dessa forma, essa análise inicial nos indica perspectivas positivas, mesmo que ainda restritas para a área de educação especial na perspectiva da inclusão.

Referências

- Brasil.** Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil.** Ministério da Educação. *Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: < <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011729.pdf> > Acesso em: 28 fev de 2019.
- Brasil.** *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário oficial da União. Brasília, MEC/SEESP, 2011.
- Brasil.** *Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013*. Congresso Nacional. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 4 abril 2013.
- Brasil.** *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Ministério da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2012.
- Brasil.** *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> >. Acesso em: 29 fev. 2019.
- Brasil.** *Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Brasília, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2009.

- Alvorado** Prada, E. (2009) *Metodologias de pesquisa-formação de professores nas dissertações, teses: 1999-2008*. IN. IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3179/482>>
- Hernandez-Piloto**, S. S. F. (2018) *Direito à educação de crianças público-alvo da educação especial na educação infantil: o que dizem os professores especializados*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
- Souza**, M. A. C. S. (2015) *A prática avaliativa na educação especial: processos de reflexão com o outro*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
- Teixeira**, K. C. (2016) *A criança surda na educação infantil: contribuições bilíngues e o atendimento educacional especializado*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
- Victor**, S. L. (2010). Inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil: concepções de professores regentes e especialistas em educação especial. In: Sonia Lopes Victor; Rogério Drago; José Francisco Chicon. (Org.). *A educação inclusiva de crianças adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios*. 1ed. Vitória: Edufes, v. 1, p. 66.